



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

32
[Assinatura]

Habeas Corpus n.º 0204539-6- Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes

Impetrante: Germano Gominho Ferraz de Sá
Paciente: Jorge Luis Matoso Rego
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

121

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE PROVA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Impossível o exame dos fundamentos que autorizaram a prisão cautelar não constando aos autos nem mesmo a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.
2. Habeas Corpus não conhecido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0204539-6, da Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 9/2/2010, não conhecer a ordem, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 9 de fevereiro de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins.
Presidente e Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

33
V

Habeas Corpus n.º 0204539-6 - Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes

Impetrante: Germano Gominho Ferraz de Sá
Paciente: Jorge Luis Matoso Rego
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

122

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Germano Gominho Ferraz de Sá, por meio da atorial de fls. 02 a 07, em prol de Jorge Luis Matoso do Rego, denunciado pela prática do delito previsto no artigo 121, §2º, inciso I, c/c art. 29, ambos do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes-PE.

Aduz que o paciente foi preso em 18/11/2009, acusado de fornecer arma de fogo ao seu filho, porém nenhuma prova foi demonstrada até o momento. Assere que o paciente é primário, tem bons antecedentes, possui endereço certo, e presta serviços à Associação dos Militares Aposentados de Pernambuco, preenchendo todos os requisitos necessários à obtenção da liberdade provisória, consoante previsto no §único do art. 310 do Código de Processo Penal, não se mostrando presentes quaisquer das hipóteses da prisão preventiva. Afirmo, por fim, que deve ser aplicado o princípio da presunção de inocência.

Indeferida a postulação de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 20 a 21, esclarecendo que o paciente foi denunciado em razão do assassinato de Edmilson Oliveira de Araújo, tendo como móvel do crime o tráfico ilícito de entorpecentes. Alega que, oferecida a denúncia, a mesma foi recebida, oportunidade em que se decretou a prisão preventiva do paciente, tendo sido expedidos mandados de citação dos denunciados, que até o momento não apresentaram defesa preliminar escrita nos moldes da Lei nº 11.689/08.

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer de fls. 24 a 28, opinou pela denegação da ordem, entendendo que o paciente foi denunciado pela prática de homicídio qualificado, tratando-se de crime hediondo, insuscetível de fiança e liberdade provisória, devendo permanecer preso, ainda que primário e de bons antecedentes e mesmo que não ocorra na espécie hipótese de prisão preventiva. Acresce que inexistente nos autos o decreto prisional vergastado, tornando irrelevante sua apreciação, não havendo qualquer ilegalidade na prisão.

É o relatório.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

34
20

Habeas Corpus n.º 0204539-6 - Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes

Impetrante: Germano Gominho Ferraz de Sá
Paciente: Jorge Luis Matoso Rego
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

123

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores. Sr(a) Procurador(a) de Justiça.

Como visto no relatório, o presente *writ* foi impetrado em favor de Jorge Luis Matoso do Rego, denunciado pela prática do delito previsto no artigo 121, §2º, inciso I, c/c art. 29, ambos do Código Penal.

O impetrante deste *habeas corpus*, inconformado com a decretação da prisão preventiva, aduz, em síntese, que não há justa causa na prisão, ante a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, que o paciente possui atributos pessoais favoráveis e tem direito a concessão da liberdade provisória.

Pois bem.

Com efeito, a inicial está desacompanhada de prova pré-constituída, não vindo aos autos nem mesmo a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, impossibilitando o exame dos fundamentos que autorizaram a prisão cautelar e sua confrontação com as alegações da exordial.

É por demais sabido que a ação de *Habeas Corpus* reclama prova pré-constituída, devendo a inicial vir acompanhada de todos os elementos necessários ao exame da matéria, pois ao requerente cabe o ônus de provar o que afirma.

Corroborando com o exposto, traz-se à colação o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 168 DO CÓDIGO PENAL. CONVERSÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA DE INTERNAÇÃO EM TRATAMENTO AMBULATORIAL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

I - O remédio heróico do *habeas corpus*, em sua estreita via, deve vir instruído com todas as provas pré-constituídas das sustentações feitas, já que não se admite dilação probatória (Precedentes).

II - No caso em tela, converter a medida de segurança de internação em tratamento ambulatorial demandaria, necessariamente, o amplo revolvimento da matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de *habeas corpus*. Ordem denegada. (HC 143.311/MG, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma, julgado em 03/12/2009)

Ademais, não há sequer referência a eventual pedido de liberdade provisória perante a autoridade tida como coatora.

Ante o exposto, voto no sentido de não conhecer a ordem.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator